



PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DE MULHERES POLICIAIS DE UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

*PRODUCTION OF SUBJECTIVITY OF POLICE WOMEN FROM A BATTLE OF THE
MILITARY POLICE OF PARANÁ*

Daniela Cecilia Grisoski¹
Eneida Santiago²

Resumo

Neste artigo fazemos o delineamento e problematização da produção de subjetividade de mulheres policiais militares a partir de suas experiências no cotidiano de trabalho de um Batalhão da Polícia Militar do estado do Paraná (PMPPR). Como sustentação teórica de nossas discussões, resgatamos alguns pressupostos de Michel Foucault, tais como subjetividade, disciplina e práticas discursivas. Para tal, a pesquisa contou com a participação de seis policiais atuantes, através de entrevistas. Desta forma, investigamos qual a relação das experiências como policiais dessas mulheres, com a forma com que as mesmas se produzem enquanto sujeitos em uma instituição tida historicamente como masculina. A partir da análise realizada, desenvolvemos uma categoria denominada “relações de cuidado com o outro”. Consideramos que características consideradas como masculinas perpassam diretamente as produções de subjetividades de mulheres policiais que têm suas vivências nesse contexto institucional atravessadas por discursos e práticas alicerçadas em um binarismo de gênero que sustenta um ideal de feminino, ao mesmo tempo, em que reforça um ideal de masculinidade referencial. Compreendemos que há a necessidade de um aprofundamento em algumas perspectivas no que diz respeito às pesquisas em Psicologia no campo da Polícia Militar, como as relações de gênero, por exemplo.

Palavras-chave: Polícia militar; mulheres; gênero; subjetividade.

Abstract

In this article, we outline and problematize the production of subjectivity by military police women from their experiences in the daily work of a Military Police Battalion in the state of Paraná (MPPR). As a theoretical basis for our discussions, we recovered some of Michel Foucault's assumptions, such as subjectivity, discipline and discursive practices. To this end, the survey counted on the participation of six active police officers, through interviews. In this way, we investigate what is the relationship between the experiences as police of these women, with the way in which they are produced as subjects in an institution historically considered to be male. From the analysis carried out, we developed a category called “care relationships with the other”. We consider that characteristics considered as masculine directly permeate the production of subjectivities of police women who have their experiences in this institutional context crossed by discourses and practices based on a gender binarism that supports an ideal of feminine, at the same time, in which it reinforces an ideal of referential masculinity. We understand that there is a need to deepen some perspectives with regard to research in Psychology in the field of the Military Police, such as gender relations, for example.

Keywords: Military police; women; genre; subjectivity.

¹ Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: grisoskidaniela@gmail.com Endereço: Av. Visconde Charles de Laguiche, nº 798, Centro, CEP: 84470-000 Cândido de Abreu – Paraná, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3848-5704>

² Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP campus Assis. Brasil E-mail: esantiago@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5296-4341>

Neste artigo, fazemos o delineamento e problematização da produção de subjetividade de mulheres policiais militares a partir de suas experiências no cotidiano de trabalho de um Batalhão da Polícia Militar do estado do Paraná (PMPR). Como sustentação teórica de nossas discussões, resgatamos alguns pressupostos de Michel Foucault (2008; 2014), tais como subjetividade, disciplina e práticas discursivas. O que trazemos nesse texto é um recorte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia que tratou da mesma temática. Como é ser mulher em uma instituição fortemente atravessada por elementos tidos socialmente como do gênero masculino? Quais forças institucionais e sociais atuam nos processos de constituir-se mulher policial neste universo? Como se configuram as vivências cotidianas de ser uma policial em uma instituição militarizada e de predomínio masculino? Tais questionamentos foram os motores da trajetória dessa pesquisa sobre os possíveis atravessamentos de gênero da instituição Polícia Militar (PM) que são produtores e produtos de discursos e práticas historicamente constituídas como masculinas.

Em um breve levantamento da literatura que olha para a presença de mulheres na Polícia, Militar ou Civil, identificamos a presença de alguns estudos voltados para a discussão sobre o exercício institucional que transformaria mulheres em policiais e as exigências e impactos subjetivos neste processo. De tal literatura, destacamos dois estudos dentre outros possíveis. Capelle e Melo (2012) investigaram, em uma perspectiva qualitativa, o trabalho operacional feminino em uma Companhia Militar do estado de Minas Gerais. Os dados das autoras evidenciaram que ser considerada uma boa policial, naquele contexto, significava subverter posturas tidas social e institucionalmente, como femininas, como calma e passividade para executar ações durante o serviço, por exemplo, sendo exigidas a se portarem de forma viril, ríspidas e agressivas, atendendo às ocorrências da mesma forma que os policiais homens sob pena de receberem tratamento de desvantagem institucional em momentos de progressão de carreira, por exemplo.

Calazans (2004), ao realizar um estudo empírico referente à inserção de mulheres na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, traçou um diagnóstico que condiz com a perspectiva de que a instituição estudada atua diretamente enquanto elemento produtor de subjetividade dos sujeitos ligados à ela, pois existe uma cultura institucional fomentada por um modelo social hegemônico proposto historicamente, que compreende que ser um policial está ligado à posturas como força, coragem e virilidade. Essas posturas devem ser alcançadas tanto por homens quanto por mulheres policiais.

A constituição de uma igualdade de gênero no cotidiano das instituições policiais ainda é cercada por obstáculos simbólicos. Dados de 2015 mostravam como estes podem ser lidos como contribuintes para a reduzida presença de mulheres policiais no Brasil (12,3%, do contingente total), enquanto que em outros países apresentam números um pouco maiores (18%, em média), evidenciando que a PM é um nicho masculino (Ribeiro, 2017).

A PM COMO UMA INSTITUIÇÃO HISTORICAMENTE MASCULINA

As instituições militares, a partir do exército europeu em meados do século XVII, se configuraram sustentadas por um ideal de soldado, este, se articulando como uma estratégia disciplinar. Segundo Foucault (2004), o modo disciplinar consiste em um conjunto de métodos e técnicas específicas visando promover um modelo de sociedade a ser seguido (Foucault, 2004). Tais estratégias “[...] permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2004, p. 118). Esse modo perpassaria a configuração e o funcionamento de diversas instituições, como as militares. Um soldado submetido à estratégia disciplinar seria um soldado obediente, corajoso e eficaz no exercício de suas funções,

com força física e destreza tornando-se um indivíduo institucional e socialmente útil.

Ao considerarmos atravessamentos de gênero nesses destaques, trazemos Zanello (2018) que ressalta que os homens, a partir do século XVIII, passaram a ser associados ao que denomina de dispositivo da eficácia. Para a autora, com a Revolução Industrial houve novas representações quanto ao ser homem e ser mulher. Características começaram a ser tidas como naturais a cada gênero, sendo a identidade dos homens perpassada pela “[...] ação energética, a atividade sexual, a coragem, a resistência física e moral, o controle de si, cabendo a eles o âmbito público e o trabalho reconhecido e remunerado” (Zanello, 2018, p. 177). Foram essas características associadas ao masculino que a autora nomeou de dispositivo da eficácia.

A configuração partir desse dispositivo contribuiu para o embrutecimento masculino por fomentar a ideia de que um homem deve controlar suas emoções e assim, (re)afirmar sua força e sua virilidade (Zanello, 2018). A associação de masculinidade com virilidade, a partir da modernidade, passou a operar sobre diversos âmbitos sociais, congregando também a dominação. Será em tal contexto que a dominação do masculino sobre o feminino se revelará e, assim, irá adentrar instituições e relações a partir de “[...] uma masculinidade firmada sobre a dominação, pautada em diversas virilidades (sexuais, guerreiras, laborais, etc.), as quais foram se modificando em importância ou significado, ou surgindo a depender do momento histórico” (Zanello, 2018, p. 178).

As instituições militares, com parte do cenário social, do século XVIII à atualidade, se espelharam de maneira evidente ou velada na figura do ideal de soldado forte, corajoso, viril, constituindo discursos diversos que produzirão subjetividade.

AS MULHERES NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

A fundação da polícia brasileira ocorreu com a consagração da Intendência Geral da Polícia, em 1808, e da Guarda Real da Polícia, em 1809, instituições com participantes exclusivamente masculinos (Brêtas & Rosemberg, 2013). A sistematização das matrizes funcionais das autonomias policiais (civil, militar, central e local) se consolidaram durante a Primeira República, havendo, neste mesmo período, a constituição de um policiamento militar contínuo, que agia sob as ordens do Estado da época.

A inserção das mulheres na Polícia Militar ocorreu apenas no ano de 1955 no estado de São Paulo, quando se formou um grupo de policiamento feminino que executava atividades policiais diversas, em conjunto com os homens. No estado do Paraná, no ano de 1975 com previsão do ingresso de mulheres no que se chamava de Batalhão de Polícia Feminina. A Polícia Feminina no Paraná surgiu da necessidade de uma nova forma de policiamento, mais preventivo e menos repressivo. Esta nova polícia teria sido idealizada a partir da compreensão da figura feminina como cuidadora e delicada, constituindo um ideal de gênero (Moreira, 2016).

Na instituição policial, este ideal de gênero teria empurrado as mulheres para funções auxiliares, mas nunca de protagonismo. A Polícia Militar Feminina, então, assumiu tarefas específicas na instituição, como o policiamento preventivo. “A opção da corporação policial militar (pela inserção de mulheres) foi por reforçar o estereótipo feminino vinculado à essência biologicamente determinada e que se contrapõe à concepção de virilidade” (Moreira, 2016, p. 189). Este ideal de gênero, que tende a relacionar mulheres com funções de cuidado, para além das instituições, permeia diversos âmbitos sociais.

Beauvoir (2014), ao discutir às produções dos papéis sociais de mulheres em nossa sociedade, afirmou haver

um direcionamento social operando sobre as mulheres para que estas ocupem e permaneçam em condições submissas aos homens. Posição condizente com uma ideia de inferioridade sustentada por argumentações como, por exemplo, a pouca força física e conseqüente fragilidade, inclusive, emocional. Sem negar as diferenças biológicas, processos subjetivos e sociais, tais produções hierarquizaram homens e mulheres, colocando os primeiros como referência a ser almejada por elas (Nogueira, 2001).

A PMPR se organizou em duas divisões, a Polícia Militar, que abrangia apenas soldados homens, e a Polícia Militar Feminina, apenas com soldados femininas. Esta última divisão vigorou entre os anos de 1977 e 2000. Schactae (2015) resgata que a extinção da Polícia Feminina do Paraná, através da Lei Estadual nº 12.975 (2000), tornou tal instituição um território com policiais mulheres e homens. Posteriormente, com a Lei Estadual nº 14.804 (2005), determinou-se que na seleção de candidatos para a corporação, até 50% das vagas totais deveriam ser destinadas às mulheres colocando, em teoria, uma igualdade entre os gêneros.

TRABALHO, SUBJETIVIDADE E GÊNERO

Foucault (2004) entende por subjetividade os modos de agir e ser de um sujeito arquitetados a partir de elementos de nosso campo social. Desta forma, ela seria constituída por experiências várias que estão constantemente fazendo-se e desfazendo-se conforme o contexto, inclusive, os de trabalho. Desse modo, seriam por processos de subjetivação, plurais e dinâmicos, que os sujeitos dariam sentidos às suas experiências (Foucault, 2017a). As relações de trabalho encontram-se intimamente relacionadas aos processos de subjetivação, já que os contextos em que os sujeitos estão, vão contribuir para a produção de nossos modos de ser e também, de trabalhar. Para Nardi (2006) o trabalho se apresenta como eixo que perpassa as estruturas socioeconômicas e culturais de uma sociedade, constituindo-se como dimensão essencial nas configurações das formas de viver, dando sentidos à estas e produzindo subjetividade a partir da interrelação entre vivências coletivas e ações individuais.

No universo de pesquisa e discussão que trazemos para este artigo, ou seja, o de mulheres policiais militares, damos destaque à perspectiva de que este contexto de trabalho produz subjetividades ao mesmo tempo em que é atravessado por questões de gênero, por isso, problematizar estes processos torna-se necessário. Butler (2019), afirma que as produções de subjetividades também são alimentadas pelas construções de gênero. A palavra gênero tem origem inglesa, *gender*, ou seja, um conjunto de pessoas que pertencem a um ou outro sexo biológico. Até meados do século XX, a concepção de gênero era relacionada diretamente às determinações biológicas em que se acreditava que a natureza dos homens, posta como referência, seria distinta da natureza das mulheres, indicada como inferior e assim, precisando ser aprimorada para potencialmente alcançar o patamar masculino (Nogueira, 2001).

A compreensão biológica interferindo na construção da identidade do ser homem e ser mulher baseia-se em uma perspectiva de valor específico (Nogueira, 2001), ou seja, sustenta algumas características como sendo exclusivas e naturalmente presentes em cada um dos sexos, como por exemplo, as mulheres sendo maternais e frágeis, os homens fortes e destemidos. Historicamente, as concepções de gênero foram se reconfigurando a partir de elementos e processos políticos e sociais de cada momento. Nas últimas décadas, impactados por movimentos questionadores o ser mulher e o ser homem foram redesenhados em suas perspectivas e possibilidades. Desta forma, a própria noção de gênero também foi repensada passando a ser compreendida como algo construído, que nega os determinismos biológicos e qualquer outro ordenamento identitário e existencial, expressando processos e discursos culturais, sociais e políticos (Barros, 2008; Butler, 2019).

Neste texto, nos pautaremos nas perspectivas de estudos de gênero a partir de Butler (2019) que articula sua teoria com o suporte de pressupostos foucaultianos. Tal autora compreende gênero como uma performance, ou seja, como algo que seria construído por meio de repetições de atos, gestos, palavras, que, por vezes, vão se cristalizando e assim se perpetuando através de práticas e costumes sociais, instituições, entre outros. Perspectiva que denominou como atos performativos.

Assim, gênero seria “[...] a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural de ser” (Butler, 2019, p. 69), a partir de tal entendimento “[...] se tornou impossível separar a noção de gênero das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (Butler, 2019, p. 21). A constituição do gênero seria interligada à constituição do sujeito, que, por sua vez, vão se produzindo através da repetição de atos estilizados que não são estáticos, mas construídos através do tempo e vão se modificando de acordo com a cultura e o contexto social (Butler, 2019).

A inserção feminina na PMPR na década de 1970 foi oficializada a partir de um ideal de gênero que sustentaria uma nova forma de policiamento, a Polícia Militar Feminina, que, acreditava-se, por ser constituída apenas por policiais mulheres, seria mais adequada para realizar ações de prevenção à criminalidade (Moreira, 2016). Essa percepção contribuiu para uma maior personalização das funções que deveriam ser executadas por policiais mulheres e policiais homens. Entretanto, mesmo com tal diferenciação, e elas presentes em uma repartição específica, as mulheres foram implicitamente cobradas a apresentarem traços tidos como masculinos, tais como uma postura rígida e agressiva, ou seja, ao adentrarem a instituição Polícia Militar foram solicitadas a se adequarem ao universo até então unicamente masculino, fenômeno que não é específico da PMPR.

A inserção, feminina ou masculina, no corpo de um aparelho policial militar submete estes sujeitos à um processo de subjetividade formatado, chamado de policização, em que não há singularização, mas reprodução de um modo hegemônico de ser, que é de um masculino cristalizado perpassado pela virilidade (Calazans, 2004). A entrada das policiais na PM também trouxe uma movimentação nesse universo e, mais uma vez com o suporte de Moreira (2016), afirmamos que a inserção feminina nessa instituição tentou iniciar um processo de ruptura com o binarismo de gênero. É esta tentativa e seus impactos na produção de subjetividade das policiais, que colocamos sob lupas neste artigo.

CAMINHO METODOLÓGICO

O estudo que aqui apresentamos é de cunho qualitativo e utilizou entrevistas semi-dirigidas como meio de acesso aos discursos de mulheres policiais. As entrevistas foram gravadas e posteriormente, transcritas. O projeto dessa pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa¹.

O contato com as policiais para serem entrevistadas ocorreu por meio da estratégia denominado amostragem Bola de Neve (Snowball Sampling). Vinuto (2016) apresenta que esta sistemática se pauta na formação de cadeias de referência entre os participantes. Seu ponto de partida se dá a partir de um primeiro participante, denominado por semente, que possui as características elencadas nos objetivos da pesquisa e aceitou participar da pesquisa. Por conseguinte, é solicitada para este primeiro participante que indique contatos que apresentem as mesmas características e que acredita, gostaria de conversar sobre a temática trabalhada, aos segundo entrevista é feita a mesma solicitação e assim sucessivamente, formando uma rede de contatos. Nesta pesquisa, seis mulheres foram

entrevistadas entre novembro de 2018 e maio de 2019, sendo todas elas, atuantes do mesmo Batalhão da PMPR. Coincidentemente, todas as participantes eram do mesmo nível hierárquico na instituição, soldado, condição não definida inicialmente. Por cuidado ético, são fictícios os nomes das entrevistadas utilizados nesse artigo.

Sobre as características de cada participante, apresentamos aqui alguns dados pessoais das mesmas, para que seja possível uma melhor compreensão de seus contextos existenciais e laborais: Maria, na época em que foi entrevistada tinha 31 anos, atuava como soldado na área administrativa (Setor de Justiça e Disciplina), era casada, sem filhos, estava na PMPR há 03 anos. Joana tinha 34 anos, era soldado, atuava na área administrativa no setor da tesouraria, casada, não tinha filhos e atuava na PM há 12 anos. Janaína estava com 26 anos, seu trabalho era na área administrativa (setor de comunicação social), era solteira, sem filhos e estava há 03 anos na PM. Flora tinha 29 anos, atuava na área administrativa como auxiliar do consultório médico do Batalhão, era divorciada, sem filhos e atuava na Polícia há 07 anos. Milena tinha 37 anos, fazia parte do policiamento de trânsito, era casada, tinha duas filhas, atuando há 05 anos na PM. Por fim, Jaqueline estava com 36 anos, atuava no policiamento de trânsito, era casada, tinha uma filha e estava há 03 anos na Polícia.

Cabe ressaltar que todas as participantes eram brancas, possuíam ensino superior completo e recebiam um salário base na faixa de R\$ 4.000, 00. Como todas eram soldados, primeira patente na escala hierárquica da Polícia Militar, não haviam atuado em posições diferentes.

O conteúdo das entrevistas foi explorado a partir do viés da análise de práticas discursivas sustentada por alguns pressupostos teóricos de Foucault, tais quais discurso e enunciado (Foucault, 2013; 2014). Este autor compreende um discurso como um conjunto de enunciados que são constituídos por suportes históricos e institucionais, configurando-se por saberes e formas de verdades de determinado contexto (Foucault, 2014). Giacomoni e Vargas (2010), tomando como perspectiva a teoria foucaultiana, salientam que enunciados, em um primeiro momento, podem ser descritos como uma frase ou proposição, entretanto não se restringem à essa definição. Para os autores, enunciados compõem os costumes sociais, ou seja, são os gestos, comportamentos, circunstâncias, entre outros, levando em consideração concepções históricas e subjetivas dos campos sociais. Já Fischer (2001) destaca que um discurso, que, por sua vez, é formado por um emaranhado de enunciados, busca evidenciar “[...] a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade” (p. 199), ou seja, os discursos não são universais, mas sim descontínuos, (re)constituindo-se nas ações, nas condutas, nas relações entre os sujeitos, no que é considerado como verdade em determinado contexto, entre outros (Foucault, 2013). Assim, compreende-se que os discursos não são apenas formas de verbalização, mas a constituição de práticas sociais por um todo. Neste sentido, enfatizamos que os discursos são intimamente ligados à produção de sujeitos, já que as subjetividades dos sujeitos também são efeitos desses discursos (Foucault, 2014). Desta forma, esclarecemos que a presente pesquisa possuiu o intuito de, através da análise do discurso, escutar as participantes e captar os enunciados presentes em seus cotidianos no contexto de trabalho permitindo a compreensão de como essas mulheres subjetivamente vivenciam seu cotidiano, em especial, os processos de cuidado com o outro.

RELAÇÕES DE CUIDADO COM O OUTRO

Silva et al (2008) definem cuidado enquanto um conceito extremamente amplo: “[...] cuidar de alguém é ter estima e apreço pela pessoa, querendo o seu bem-estar de forma integral” (p. 698). Cuidado, em seu termo original, deriva da palavra latina *cogitatu*, que significa pensado, imaginado. Portanto, refere-se ao zelo, ao ato de dedicar-se a

algo ao alguém, é a inquietação em relação ao outro (Silva et al, 2008).

Foucault (2017b) ao traçar o conceito “cuidado de si”, salienta que os indivíduos ocidentais modernos, ou seja, sujeitos que viveram entre os séculos XV e XVIII, tiveram seus cotidianos influenciados pela ideia de uma moralidade cristã que perpassava a sociedade da época, que, por sua vez, constituiu uma noção de que, para que os sujeitos fossem salvos, em um sentido de salvação divina, deveriam renunciar suas próprias vontades, perdendo sua autonomia enquanto sujeitos, e preocupando-se ao cuidado com os outros. Pensando na análise foucaultiana, há a perspectiva de que o cuidado passou a ser associado ao “cuidar de alguém”, “cuidar de um outro” (Petersen, 2011). O que está refletido em nossa sociedade até os dias atuais, principalmente quando pensamos no cotidiano de mulheres, considerando que, como afirma Barros (2008), funções historicamente tidas como femininas relacionam-se ao ato de “cuidar de um outro”.

Analisamos o enunciado sobre a ideia de que mulheres, em sua maioria, priorizam ações de cuidado com o outro em suas vidas, pois pudemos notar muitas falas transversalizadas por este enunciado durante as entrevistas. Durante as entrevistas, perguntávamos se as participantes poderiam nos contar sobre como eram suas rotinas extra laborais, sobre esse ponto, uma das policiais salientou:

“é limpar a casa, ser mãe, é o serviço de casa. Tenho meu esposo, tenho a minha filha, tenho a minha casa, resolvo algumas situações no banco, mas fico em prol da casa mesmo” (Jaqueline, 36 anos, soldado, 2019).

A partir desta fala, identificamos o que foi denominado por Zanello (2018) como colonização afetiva. Para a autora, a constituição de uma sociedade capitalista, em meados do século XVIII, na Europa, começou a associar mulheres às funções de maternidade, considerando suas características reprodutivas. “Foi por meio da diferença física (colocada em foco) que as diferenças sociais puderam ser ‘naturalizadas’” (Zanello, 2018, p. 41).

Esta associação de mulheres à maternidade teria ocorrido devido ao fato de que, com a revolução industrial, o mercado econômico necessitava de maior mão de obra, e havia um grande índice de mortalidade infantil na sociedade da época, que precisava ser revertido para que pudessem existir mais trabalhadores vendendo mão de obra por um preço barato. Para tal, este ideal de maternidade passou a ser influenciado por um discurso religioso, pelo Estado e saberes médicos, através da consolidação de uma figura de uma mulher/mãe ligada a uma verdade social que deveria ser seguida. “Não se trata aqui de negar a diferença corporal, mas apontar que certas diferenças foram eleitas em determinado momento histórico para justificar desigualdades sociais” (Zanello, 2018, p. 42), desigualdades essas que dizem respeito à apropriação do cuidado com o outro como característica predominantemente feminina, que faz com que mulheres possam desenvolver, prioritariamente, preocupação para com outras pessoas do que com elas mesmas, seguindo esta figura de uma mãe ideal.

Tendo em conta essa colonização afetiva, funções de cuidado passaram a ser relacionadas às mulheres, não apenas nas esferas privadas, mas também nas esferas públicas. Um exemplo sobre essa questão condiz com a própria inserção de mulheres à PMPR na década de 1970, visto que a então Polícia Militar Feminina possuía o encargo de executar funções preventivas e ligadas ao cuidado com o outro (Moreira, 2016).

Zanello (2018) ainda caracteriza os papéis sociais de mulheres voltadas ao cuidado com o outro a partir do que ela denominou como dispositivo materno. Segundo a autora, o dispositivo materno condiz com uma ideia de moral socialmente internalizada que se volta à solicitação de atividades, por parte das mulheres, de dedicação, educação, entre outros, fazendo com que acabem renunciando, por livre vontade, os cuidados de si mesmas como primordiais. Pensando nessa necessidade de cuidado constante, “[...] a criança [...] passou a exigir vigília constante e o abandono

de outras atividades e interesses pessoais dos adultos, no caso, as mães – aquelas consideradas como cuidadoras naturais do rebento” (Zanello, 2018, p. 127). Cabe ressaltar, que não apenas as crianças tiveram seus cuidados postos sob responsabilidade de um público feminino, mas também toda uma sociedade em geral.

Enfocando o dispositivo materno, destacamos alguns trechos dos discursos trazidos pelas participantes:

“Minha rotina é cuidar das minhas filhas, da minha casa, basicamente isso. Cuidar da minha casa que está sempre bagunçada, que tem duas crianças, aí a casa não para limpa, organizada (risos). Mas, é isso, no período em que estou em casa, estou com elas (as filhas), com o meu marido, e é isso. Também tento fazer alguma atividade física, eu gosto muito de correr, é o que eu faço para desestressar” (Milena, 37 anos, soldado, 2019).

Milena, comentando sobre sua rotina fora do trabalho, expressa, principalmente, ideias ligadas ao cuidado, destacando, não somente o materno, mas também o cuidado do lar e da família, o que a impulsionou a solicitar mudanças em sua rotina de trabalho para que pudesse ficar mais tempo ao lado da filha, o que foi atendido pela instituição:

“[...] quando voltei (da licença maternidade), eu pedi para ir para o trânsito por causa da escala de 6 horas, porque aí teria mais oportunidades de ficar com a minha filha” (Milena, 37 anos, soldado, 2019).

Para algumas mulheres a dupla jornada coloca o desafio de equilibrar exigências do trabalho e as tarefas do lar. Alguns autores (Minayo, Souza & Constantino, 2008; Bezerra et al, 2013) destacam que tais condições podem impactar à saúde destas mulheres pela sobrecarga física e psíquica devido às cobranças sociais, familiares e por vezes, também auto-impostas de cumprirem as funções supostamente do ser mulher no espaço familiar. Nos parece que, para Milena houve a internalização do papel de mulher/mãe/cuidadora, se assumindo enquanto principal responsável pelo cuidado das filhas, apesar de admitir que tinha um companheiro com quem co-habitava. A necessidade de arcar com estes cuidados de forma solitária a fez solicitar a mudança de sua função institucional. Antes da licença-maternidade ela estava como policial da Rádio Patrulha, função que exigia plantões noturnos. Após a maternidade, Milena foi transferida para o Policiamento do Trânsito, com escala de trabalho fixa de seis horas. Os desafios do trabalho na Polícia Militar não são exclusivos para as policiais, mas tendem a afeta-las de forma mais intensa impondo restrições nas opções de carreira, condição também identificada por Araújo (2017).

O desejo pela mudança de função também foi citado por Maria, que atuava inicialmente no Patrulhamento de Rua e solicitou ser transferida para o Setor de Justiça e Disciplina (SJD) no âmbito administrativo da PMPR.

“meu esposo foi o principal motivo (para pedir a mudança), [...] ele decidiu ir para o PCS (Pelotão de Comando e Serviços) para trabalhar nessa parte de auxiliar de procedimentos, dos inquéritos policiais, da sindicância, e já estava lá. Então para ele seria interessante eu vir trabalhar no mesmo horário que ele. A gente tem um filho de 16 anos, que é meu enteado, e exige bastante cuidado, ainda mais agora na adolescência, e virar na madrugada em viaturas talvez não seria muito interessante, pelo fato de estar podendo ficar mais com ele. E pelo horário, pela carga horária” (Maria, 31 anos, soldado, 2018).

O fato da entrevistada mudar seu horário de trabalho para que ficasse mais tempo com o marido e filho pode estar ligado à colonização afetiva, como afirma Zanello (2018), ou seja, à construção social de que mulheres precisam adequar suas rotinas para que possam exercer funções de cuidado com familiares.

Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), realizando problematizações referentes às categorias de gênero masculina e feminina, destacam que as funções associadas à essas categorias em um meio social interferem

diretamente na vida cotidiana dos sujeitos e nas organizações sociais, tendo em conta que

Há uma expectativa social e de gênero em relação às maneiras como os homens e as mulheres devem atuar nos espaços privados e públicos: seja no vestir, no andar, no mostrar o corpo, na prática da sexualidade, no exercício dos cuidados, no gasto e na administração do dinheiro, no lazer, no modo de ingerir bebidas, dentre outras (Küchemann, Bandeira & Almeida, 2015, p. 73).

Nos atentamos ao que as autoras citam como “exercício dos cuidados”, tendo em vista que, pensando especificamente na categoria de gênero feminina, o cuidado refere-se, na maioria das vezes, como o cuidado com o outro, função que, implicitamente, as mulheres tornam-se encarregadas.

Dando importância a esse exercício dos cuidados, e às funções sociais voltadas à mulher, ressaltamos a fala de Milena:

“[...] a gente brinca que a Polícia Militar é uma mãe que quer abraçar tudo, que quer resolver tudo. Mas, por mais que ela queira, não consegue, porque não é atributo dela.” (Milena, 37 anos, soldado, 2019).

Neste trecho, pudemos compreender que há uma dualidade no que diz respeito aos papéis de gênero socialmente constituídos associados à instituição Polícia Militar, tendo em conta que, ao mesmo tempo que consideramos a PMPR uma instituição historicamente masculina, referindo-se à uma masculinidade dominante que se constitui com características como virilidade, bravura, coerção, força, entre outros (Ribeiro, 2017); ao falar da sobrecarga de atividades proposta aos policiais, a participante fez a associação à figura materna.

Destacando a questão da sobrecarga a qual foi comentada por Milena, salientamos o pensamento de Bordo (1997) que ressalta que o corpo é um lugar de controle social, e, quando pensamos especificamente o corpo feminino em um contexto em que características vistas como masculinas são tidas como predominantes, enfatizamos que esses corpos precisam se render aos comportamentos, movimentos, configurações, aos quais lhe são exigidos:

Ao mesmo tempo que continuam sendo ensinadas às mulheres jovens ‘em ascensão’, as virtudes tradicionalmente ‘femininas’, na medida em que elas penetram em áreas profissionais, também precisam aprender a incorporar a linguagem e os valores ‘masculinos’ desse âmbito — autocontrole, determinação, calma, disciplina emocional, domínio etc. (Bordo, 1997, p. 26).

Assim, compreendemos que há uma exigência dobrada em relação aos valores que implicitamente estão no controle de comportamentos de mulheres em uma instituição tida como masculina, o que pode acabar sobrecarregando-as (Bordo, 1997). Deste modo, além de precisarem se adequar à instituição masculinizada, as policiais precisam manter os comportamentos naturalizados como femininos.

Sobre a naturalização dos comportamentos tidos como femininos, Barros (2008) destaca que houve a instituição de um ideal de mulheres, o qual associa-se às suas características biológicas visto que a “mulher possui inclinações naturais para a esfera doméstica e privada, como evidencia a sua capacidade de ser mãe” (Barros, 2008, p. 67), o que fez com que as mulheres também fossem associadas às características de cuidado com o outro e delicadeza. Esta produção social pôde ser notada no discurso de Flora:

“Pode ser, como falam, que mulher é mais sensível, pode ser que ela sinta mais em uma determinada situação, mas isso não tem como eu afirmar, acho que é bastante relativo. Pode ter homem que pode sentir mais também, isso varia” (Flora, 29 anos, soldado, 2019).

Entendemos que na PMPR, há prevalência de características sociais e historicamente relacionadas a uma forma de masculinidade predominante, que são insistente e insidiosamente reforçadas. Há, intrinsecamente, uma

divisão socialmente constituída que condiz com uma ideia do corpo de um policial como viril, eficaz, robusto, que não se sensibiliza facilmente, portanto, masculino; e o corpo feminino como delicado, frágil, desprovido de força física. Isso pode, muitas vezes, ocasionar uma relativização em relação a como esses sujeitos são identificados e reconhecidos no contexto em que se encontram. Foi o que aconteceu com Flora, ao relativizar uma ideia de que mulheres são predominantemente mais sensíveis do que homens.

A perspectiva exemplificada por Flora, que acredita que mulheres podem ser mais sensíveis do que os homens, é uma noção que está atrelada aos modos de funcionamento de um campo social, que categoriza características tidas como femininas ou masculinas de uma forma binária (Küchemann, Bandira & Almeida, 2015; Zanello, 2018). Küchemann, Bandeira e Almeida (2015), salientam que “[...] nas sociedades ocidentais secularmente os seres humanos são distribuídos, desde seu nascimento, em duas categorias: homens e mulheres, atribuindo-lhes estatutos sociais, culturais, econômicos e jurídicos desiguais e complementares” (p. 64). Os autores ainda argumentam que a classificação binária entre os gêneros encontra-se atrelada aos modos em que os indivíduos se reconhecem em determinado contexto, dando sentido às suas realidades.

É importante destacar que o binarismo presente nas características associadas aos homens e mulheres estão presentes em distintas esferas sociais, estando entre elas as instituições de segurança pública, em especial a Polícia Militar. É o que destaca Calazans (2004) ao frisar que, no imaginário da população e dos operadores de segurança pública, há uma concepção de que mulheres possuem uma natureza menos viril, deste modo, haveria uma ideia socialmente constituída de que “[...] a feminilidade, além de predispor mulheres para determinado tipo de trabalho, determina que elas não são violentas nas práticas de policiamento ostensivo” (Calazans, 2004, p. 148). Por este motivo, em muitas ocasiões, mulheres são responsabilizadas por ações mais delicadas e de cuidado com o outro, inclusive nos contextos de trabalho.

Para Foucault (2008) as vivências e compreensões de determinado assunto constituem-se como características individualizadas. Sendo assim, as representações da categoria de gênero mulher se manifestam de diferentes maneiras entre os sujeitos, levando em consideração que os processos de subjetivação são compostos por fatores distintos em cada indivíduo, como, por exemplo, suas vivências em contextos familiares, educacionais, laborais, entre outros. Todavia cabe ressaltar que a figura da mulher como mãe e que executa funções de cuidado com o outro está instaurada de forma subjacente em muitos meios sociais (Ribeiro, 2017; Zanello, 2018), haja vista que essas características foram historicamente construídas acerca dessa categoria de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa objetivamos delinear e discutir a produção de subjetividade de mulheres policiais militares a partir de seu cotidiano laboral. A partir de uma categoria de análise denominada “relações de cuidado com o outro” defendemos que estes propósitos foram alcançados.

Consideramos que a PMPR é uma instituição constituída historicamente como masculina (Moreira, 2016; Ribeiro, 2017), o que perpassa diretamente as produções de subjetividades de mulheres policiais que têm suas vivências nesse contexto institucional atravessadas por discursos e práticas alicerçadas em um binarismo de gênero que sustenta um ideal de feminino, ao mesmo tempo, em que reforça um ideal de masculinidade referencial, como, por exemplo, algumas características que são valorizadas no trabalho de policiais, como virilidade, bravura e força, são associadas à categoria de gênero masculina, de acordo com a literatura analisada.

Com as discussões realizadas, buscamos ampliar o campo teórico que diz respeito ao tema gênero e Polícia Militar, a partir das problematizações realizadas sobre os discursos trazidos por mulheres que trabalham na PMPR, e se subjetivam por atravessamentos de suas vidas a esse contexto. Compreendemos que há a necessidade de um aprofundamento de pesquisas no campo da Psicologia sobre gênero e Polícia Militar, buscando a inserção de investimentos em estratégias de promoção e atenção em saúde mental de mulheres policiais. Salientamos a importância de um espaço qualificado que visa abordar a questão da sobrecarga institucional que perpassa a produção de subjetividade dessas mulheres, que têm seus cotidianos voltados a existência intrínseca de um binarismo gênero.

Referências

- Araújo, T.S. (2017). Mulheres em fardas policiais militares no Rio de Janeiro. *Rev. bras. segur. Pública*, 11(1), 74-96. Recuperado de <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/781>
- Barros, A. M. (2008). Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. *Rev. Trib. Reg. Trab*, 47(77), 67-83. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n347164>
- Beauvoir, S. (2014). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bezerra, C. M., Minayo, M. C. S., & Constantino, P. (2013). Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 657-666. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>
- Bordo, S. R. (1997). O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In A. M. Jaggar, & S. R. Bordo (Org.), *Gênero, corpo, conhecimento* (pp. 19-41). Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos.
- Brêtas, M. L., & Rosemberg, A. (2013). A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, 14(26), 162-173. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x014026011>
- Butler, J. (2019). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calazans, M. E. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 18(1), 142-150. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100017>
- Cappelle, M. C. A., & Melo, M. C. D. O. L. (2012). Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 71-99. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300006>
- Fischer, R. M. B. (2001). Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 1997-223. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300009>

- Foucault, M. (2004). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- Foucault, M. (2013). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola:
- Foucault, M. (2017a). *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- Foucault, M. (2017b). *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra.
- Giacomoni, M. P., & Vargas, A. Z. (2010). Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. *Veredas on line*, 2, 119-129. Recuperado de <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>
- Küchemann, B. A., Bandeira, L. M., & Almeida, T. M. C. (2015). A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista Do CEAM*,3(1), 63-81. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>
- Lei Estadual nº 12. 975, de 17 de novembro de 2000. Dispõe sobre a extinção do Quadro de Oficiais Policiais Militares Femininas (QOPM Fem), a Qualificação de Praças Especiais Femininas e a Qualificação de Praças Policiais Militares Femininas (Praças PM Fem). Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2269&codItemAto=15559#15559>
- Lei Estadual nº 14.804, de 20 de julho de 2005. Altera o § 2º e acresce §§ 3º, 4º e 5º ao art. 1º, da Lei nº 12.975, de 17 de novembro de 2000. Recuperado de <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=2791&codItemAto=18974>
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Constantino, P. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Moreira, R. (2016). *Entre o mito e modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*. Guarapuava: Editora UNICENTRO.
- Nardi, H. C. (2006). *Ética, Trabalho e Subjetividade*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13(1), 107-128. Recuperado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>

Petersen, M. (2011, novembro). O cuidado de si e do outro. *Anais do Congresso Nacional de Educação*, Curitiba, PR, Brasil, 10. Recuperado de https://educere.bruc.com.br/cd2011/pdf/5898_3584.pdf

Ribeiro, L. (2017). Polícia Militar é lugar de mulher? *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 01-15. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143413>

Schactae, A. M. (2015). A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000). *Revista Tempo*, 21(37), 01-21. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/tem-1980-542x2015v213707>

Silva, I. J., Oliveira, M. F. V., Silva, S. E. D., Polaro, S. H. I., Radünz, V., Santos, E. K. A., & Santana, M. E. (2008). Cuidado, autocuidado e cuidado de si: uma compreensão paradigmática para o cuidado de enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(3), 697-703. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342009000300028>

Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/A-AMOSTRAGEM-EM-BOLA-DE-NEVE-NA-PESQUISA-UM-DEBATE-Vinuto/cd8e3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456>

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivo: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

Notas

¹ Parecer de aprovação n. 2.978.926.